

CORREIO BRAZILIENSE
ANJ propõe à
- 6, FEV 1987
Constituinte o
fim da exceção

A nova Constituição do Brasil deverá consagrar a liberdade de expressão, revogando dispositivos excepcionais, como a lei de Imprensa, na expectativa do presidente da Associação Nacional de Jornais, José Antônio do Nascimento Brito. Ele coloca a defesa dessa condição como principal prioridade da ANJ para 1987, particularmente em relação à Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1º de fevereiro.

Nascimento Brito declara-se satisfeito com o grau de mobilização dos jornais brasileiros em relação à Assembleia, e compara essa situação à do início de 1986, quando a imprensa teve substancial importância para o entendimento das mudanças econômicas que então se implantavam. Observa que a defesa da liberdade de expressão, a ser feita junto aos constituintes, é a principal razão de ser de uma entidade como a ANJ.

Essa defesa, aliás, é feita pela ANJ desde sua fundação, e teve em 1986 alguns momentos importantes, como o que reuniu no Brasil — em Salvador — a Sociedade Interamericana de Imprensa, na presença do presidente da República, José Sarney. Nascimento Brito ressalta a própria manifestação do presidente, à época, defendendo a liberdade e valorizando o papel dos meios de comunicação na condução a esse objetivo.

Na sua opinião, 1986 e 1987 estão interligados por esse dogma — liberdade de expressão. "Num ano, porque se avançou significativamente nesse sentido; no outro, porque se buscará consagrar esse princípio na Constituição Nacional, em elaboração pelos deputados e senadores constituintes".

A caminho dessa direção, o presidente da ANJ aponta dois entraves que

precisam ser revogados, já que significam a exceção que se impôs ao país e à sociedade por tanto tempo. Um, é a legislação eleitoral vigente; outro, a Lei de Imprensa. A primeira é classificada por Nascimento Brito de "brincadeira" e de "armadilha contra os próprios políticos, como ficou visto na campanha do ano passado". Já no segundo caso, o argumento da ANJ em defesa de sua revogação é de que, por excepcional, a lei de Imprensa não se justifica numa sociedade democrática.

"Acho grave que o País, nos últimos 30 anos, não tenha votado como a mesma legislação em todas as eleições realizadas", afirma ele, para quem a lei eleitoral deve prever "liberdade total, permitindo que quem quiser anuncie, como quiser, onde quiser". Já a Lei de Imprensa "não deve existir, simplesmente. O que se deve usar é a legislação ordinária, a legislação penal".

Avaliando o atual quadro nacional, Nascimento Brito considera bom o relacionamento com o Governo. E entende que esse relacionamento "não é excepcional, porque os jornais têm obrigação de ser críticos, e ninguém gosta de crítica".

Recentemente, a ANJ negociou com o Governo Federal a volta das regras de mercado como disciplinadoras da comercialização dos jornais. O resultado dos entendimentos foi a liberação dos preços de capa e publicidade, a partir do dia 5 de fevereiro. "Isso tira das empresas jornalísticas a ameaça que as rondava, de sobrevivência, e de limitações à liberdade de imprensa", interpreta ele. Para o presidente da ANJ, o acordo com as autoridades "deixa os jornais extremamente agradecidos ao presidente Sarney e ao ministro Dilson Funaro", da Fazenda.

ANC

ANC 88
Pasta 05 a 08
fev/87
042

Turismo faz lobby

Pelo menos 35 parlamentares — senadores e deputados de todos os partidos e de várias regiões do País — vão trabalhar na Constituinte pelos ideais da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Essa afirmação é de seu presidente, João Dória Júnior, que revelou ter sido montado um programa de lobby com esses parlamentares, que "assumiram o compromisso de defender o turismo".

De acordo com João Dória, os projetos nesse sentido dizem respeito a recursos para o Norte e o Nordeste, fundos de incentivos para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, instituição do dólar-turismo e garantia de acesso ao lazer por todos os brasileiros, incluindo menores, minorias étnicas, deficientes físicos e idosos.

O presidente da Embratur considerou, ontem, "democrático o fim do monopólio no transporte aéreo brasileiro, porque não prejudicou ninguém e ainda dá oportunidade a que a Transbrasil e a Vasp participem de rotas regulares não atendidas pela Varig, permitindo um maior intercâmbio de turismo". Dória entende que a competição de mercado é um instrumento saudável do regime capitalista.

É provável que a partir do próximo mês a Transbrasil e a Vasp já iniciem os vôos regulares internacionais, graças à ajuda da



Dória Junior

Embratur nesse sentido, afirmou João Dória. A decisão quanto à época do início dos vôos está sendo tomada pelo órgão competente do Ministério da Aeronáutica.

Já em função dessa medida que será adotada em breve, a Embratur está solicitando a conclusão do projeto do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, o que significa a duplicação de sua atual capacidade de atendimento, incompatível com o grande movimento de turistas naquele terminal aéreo.

Na audiência de ontem com o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, o presidente da Embratur teve oportunidade de levar algumas reivindicações para o setor, tais como melhorias turísticas nas estradas, sinalização das principais rodovias e estímulo ao uso do transporte fluvial.

6-2-87

liberdade de expressão